

ANTONIETA BURITI DE SOUZA HOSOKAWA

DOCUMENTOS CARTORIAIS DO
BRASIL IMPÉRIO:
escrituras da Vila da Independência - PB

2019

Blucher

Documentos Cartoriais do Brasil Império: escrituras da Vila da Independência - PB

© 2019 Antonieta Buriti de Souza Hosokawa

Editora Edgard Blücher Ltda.

Diagramação: Laércio Flenic Fernandes

Revisão: Luana Negraes

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Hosokawa, Antonieta Buriti de Souza
Documentos Cartoriais do Brasil Império:
escrituras da Vila da Independência - PB / Antonieta
Buriti de Souza Hosokawa. -- São Paulo : Blucher, 2019.
478p.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-397-2 (e-book)

ISBN 978-85-8039-396-5 (impresso)

Open Access

1. Linguística 2. Linguística de corpus 3. Língua
Portuguesa - História - Séc. XIX - Fontes 4. Cartórios -
Registros - 1876 5. Guarabira, Paraíba - História

19-1389

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística

Dedico este trabalho aos tesouros que me completam:
Samuel Hosokawa e Naomi Buriti Hosokawa.

PREFÁCIO

Reforço o que tenho dito em qualquer tempo sobre o estabelecimento de textos originalmente manuscritos em sala de aula, em eventos científicos, em artigos e livros...

Vem crescendo positivamente, no Brasil, o oferecimento de reproduções impressas de material manuscrito que, até então, estava ao alcance apenas de quem tem ou teve, por algum motivo, a necessidade de pesquisar ou de ler tal documentação. A verdade é que não é muito grande o número dos que se arriscam nessa empreitada. Por causa desse número reduzido, há uma tendência – muito comum no meio acadêmico – de decretarem essa tarefa aos filólogos!

Continuarei refutando essa exclusividade! Primeiro, porque se apaga, com essa postura, a figura do paleógrafo. Depois, porque quem é mesmo filólogo sabe que sua especialidade não se resume a decifrar manuscritos a fim de deixá-los livres da ininteligibilidade e das impurezas naturais dos alfarrábios de antanho. E ainda, depois, porque o melhor material para qualquer que seja a investigação pretendida sempre será a fonte primária ou, no caso de ser de difícil ou de impossível acesso, a sua reprodução fac-similar. Qualquer outro tipo de reprodução pode impingir-lhe, mesmo que involuntariamente, surros.

Então, para que servem essas reproduções impressas? Servem para disponibilizar material possível de ser lido, inteligível – reduzindo aqui, diga-se, o conceito de inteligibilidade à descodificação do manuscrito, apenas. De resto, quem se aventura a fazer análise somente a partir das reproduções tipográficas precisa se certificar, no mínimo, qual foi o grau de intervenção do leitor-editor, para não cair na armadilha de classificar como autorais as “qualidades” ou os “defeitos” que foram gerados no processo de transcrição e de transmissão do manuscrito.

Essa tarefa não é tão complexa. Toda reprodução, que se intitula responsável, traz, antes de tudo, os critérios que guiaram as intervenções de quem fez a lição ou a edição. Mas isso é suficiente? Não! Por mais claros que sejam os critérios, sempre haverá um grafema, uma palavra, uma frase, um trecho, um diacrítico, uma pontuação que podem ser reescritos – com dúvidas ou certezas ou enganos – fidedignamente, ou não.

Então, qual é a melhor proposta de reprodução ou de edição de material manuscrito? A resposta parece difícil, mas nem tanto. O livro *Documentos cartoriais do Brasil Império: escrituras da Vila da Independência – PB* é um exemplo louvável por disponibilizar a dupla reprodução (semidiplomática e fac-similar), tornando possível, além da leitura, a realização plena de estudos sócio históricos, culturais, linguísticos e paleográficos.

E só por isso o livro já teria relevância. Essa constatação encontra argumento favorável não apenas na dupla reprodução, com critérios devidamente tabulados, mas também porque encontram-se, na introdução do livro, a descrição dos documentos cartoriais, local e data de produção.

Ainda mais primoroso é o glossário disposto em ordem alfabética com a microestrutura composta de: entrada seguida informações gramaticais, acepção/definição com base no próprio texto editado e auxílio de dicionários gerais, os contextos de uso ou abonação retirados dos documentos editados, a indicação do fôlio e o número de linha da edição semidiplomática. Destaque-se também, depois do glossário, os topônimos citados nos documentos.

Esses manuscritos nos permitem, como nos ensina Antonieta, fazer uma visita ao passado, à história social, cultural e linguística do Brasil, além de também nos oferecer um recorte da língua portuguesa escrita no primeiro ano do último quartel século XIX, 1876. É desse tipo de material guardado e, às vezes, esquecido em bibliotecas e arquivos, que os ditos filólogos se regalam, se alimentam.

Descobrimos ou redescobrimos, assim, que todo conhecimento adquirido formal e informalmente vem do que foi e está sendo registrado em nossa memória, seja pela observação direta ou pelas práticas e experimentos do dia a dia, seja pelo que nos foi legado – por meio da fala e, principalmente, da escrita – sobre nossos antepassados, por eles mesmos ou por outrem.

Nada disso é novidade, porém. Thomas Astle (1735-1803), paleógrafo inglês, já tinha escrito, em 1784 (*The Origin and Progress of Writing*), que a mais nobre aquisição da humanidade seria a fala, e a arte mais útil, a escrita. Escreveu isso na tentativa de distinguir o ser humano, pela fala, da criatura bruta e irracional, e de distinguir, pela escrita, o ser humano civilizado dos selvagens.

Certo é que também Astle não estava filosofando algo novo. Até porque todo “novo” é um “de novo” já dito por alguém, noutros contextos e tempos esquecidos ou ignorados, mas que, em muitos casos, nos chegam escritos pelas mãos hábeis ou inábeis de alguém que, por variados motivos, teve tempo de registrar o seu tempo.

Por isso mesmo é saudável interrogar. Porque a interrogação nos leva à pesquisa e, por isso, é nela que se pode encontrar o caminho mais curto e seguro para o conhecimento, para a descoberta. Mas cuidando para não correr o risco de olhar apenas para um desses momentos e tentar traçar com precisão a linha que o separa doutros momentos e estratos antecessores ou sucessores. Mesmo porque essa risca, em relação às outras, pode ser ampla, interseccional e, acima de tudo, invisível.

Pelo dito e pelo não dito neste prefácio, digo que o livro de Antonieta Buriti de Souza HOSOKAWA nos oferece uma lição cuidadosa de textos autênticos e um levantamento lapidado do léxico cartorial oitocentista. Louvo, também por isso, a merecida citação a Ximenes (2012, p. 306) sobre a ressurreição de “um texto da destruição material por meio de sua transcrição” porque proporciona a quem ler “viver a imagem de uma época da história de uma sociedade, reconstruindo a fotografia de um povo desenhada com palavras”.

Resta-me agradecer por ter honra de prefaciar o seu livro, Antonieta! Sua pesquisa de pós-doutorado, base desta publicação, agora ganha outros ares e olhares...

*Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida
São Paulo, inverno de 2019.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 A Vila da Independência	19
1.2 Etapas para o desenvolvimento da pesquisa	20
2. EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS CARTORIAIS DO BRASIL IMPÉRIO: ESCRITURAS DA VILA DA INDEPENDÊNCIA – PB	21
2.1 Normas para transcrição semidiplomática	21
2.2 A edição semidiplomática	22
3. ORGANIZAÇÃO DO GLOSSÁRIO	409
3.1 Tipos de lexias	409
3.2 Processos metodológicos	410
3.3 Lista de abreviaturas	412
3.4 O glossário	412
3.5 Toponímia	450
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	471
REFERÊNCIAS	473

